

Informações Financeiras Individuais

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

31 de dezembro de 2021

com relatório de revisão do auditor independente

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Informações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias.....3

Informações Financeiras Intermediárias revisadas

Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....	16
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	18

Relatório dos auditores independentes

Aos: Administradores e Acionistas

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**, (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial para o exercício encerrado em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Ênfases

Demonstrações financeiras consolidadas: Conforme nota explicativa n. 4, referente às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021, a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Companhia, por atender todos os requerimentos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC) quando referendados pela ANS. As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas compostas por ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas não foram apresentados como se fossem uma única entidade econômica. Nossa opinião não está ressalvada perante ao assunto, em face as demonstrações financeiras apresentadas de forma individual possuir o propósito específico de normas e regulamentos por parte da ANS (Agência Nacional da Saúde Suplementar).

Principais efeitos contábeis e econômicos por meio da operação da combinação de negócio de controladoras da Companhia: De acordo aos fatos relevantes divulgados sobre a combinação de negócio entre a **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** e a **Hapvida Participações e Investimentos S.A.**, em 04 de janeiro de 2022 foi emitida a certidão de trânsito em julgado da decisão da Superintendência-Geral do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que aprovou a operação de combinação de negócio, sem restrições. Por consequência da combinação de negócio; **(i)** Considerando que a Companhia e sua controladora direta **BCBF Participações S.A.**, possuem Debêntures que contêm cláusulas de vencimento antecipado por uma eventual troca de controle direto ou indireto, por consequência do processo de combinação de negócio com a Hapvida Participações e Investimentos S.A., a Administração obteve a concessão de anuência prévia pelos Debenturistas, bem como cartas “*Waivers*” com as principais instituições financeiras para a troca de controle da Companhia; **(ii)** Em consonância a operação de combinação de negócio, terá como consequência sinergias significativas no crescimento de planos corporativos e produto nacional, assim como possíveis sinergias de custos e despesas que poderão se converter em desmobilizações de departamentos operacionais classificados como redundantes. Devido à natureza relacionada a eventos futuros, se concretizados, podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação aos assuntos comentados acima.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das Debêntures e suas respectivas cláusulas de “*Covenants*”

A Companhia mantém em suas demonstrações financeiras, debêntures não conversíveis em ações, com objetivos restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, para captação de reforço de caixa no curso normal dos negócios, ou serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das Debêntures e seus respectivos “*Covenants*” como um principal assunto de auditoria, dado que as premissas utilizadas são subjetivas, e pequenas variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas no resultado do teste de adequação e na mensuração desses passivos nas demonstrações financeiras.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Validação sobre as atualizações correspondentes sobre a sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread anual, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP;
- Avaliação sobre o risco de taxa de juros que advém da possibilidade de alterações que possam trazer impactos ao valor presente para captação de debêntures;
- Validação das segregações de curto e longo prazo e cronograma de vencimentos das respectivas Debêntures;
- Avaliação e testes contábeis sobre os pagamentos / amortizações dos juros sobre as Debêntures não conversíveis;
- Validação de captação de Debêntures emitidas em 2021, mediante a análises contratuais e análises de riscos de “*Covenants*”;
- Revisão dos papéis de trabalhos de outros auditores, sobre procedimentos de auditoria para validação das emissões de Debêntures em eventos passados para a Companhia.
- Validação de cálculos de “*Covenants*” financeiros sobre as Debêntures e apurações sobre os fatores relacionados entre a dívida líquida e ao EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;
- Revisão e validação da concessão de anuência prévia pelos Debenturistas, sendo concedido anuência prévia pelos nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e de acordo com atos de assembleia geral dos titulares de Debêntures; e
- A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Processo de combinação de negócio

A Companhia, durante o exercício de 2021, adquiriu controle de Companhias, substancialmente, nos segmentos hospitalares, clínicas e de operadoras de saúde. As aquisições foram concluídas durante o exercício de 2021, por intermédio de aprovações de órgãos reguladores e cumprimentos das formalidades legais. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância as práticas de IFRS, as operações de combinação de negócio requerem a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins da determinação de alocação de ativos intangíveis, mais valia de ativos tangíveis e ágio (*Goodwill*) por expectativa de rentabilidade futura. Por consequência das operações de combinação de negócio, envolve julgamento da Companhia e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculos de taxas de descontos e definição de vida útil para os ativos identificados. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de registro contábil das aquisições, consideramos esse assunto como significativo para nossos trabalhos de auditoria.

Como a auditoria endereçou o assunto:

- Efetuamos revisões dos contratos de aquisições durante o exercício de 2021;
- Com o auxílio e suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência de metodologias de cálculos do valor justo atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos, tais como os intangíveis identificados ao valor justo,

avaliação de mais valia de ativos, apuração do ágio (*Goodwill*), metodologias e premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativa de vida útil; e

- Efetuamos a avaliação sob os efeitos das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Avaliação do valor recuperável para unidades de negócio classificadas em UGC (Unidades Geradoras de Caixa)

De acordo com a nota explicativa nº 16, A Companhia, possui investimentos alocados em ativos intangíveis identificados por ocasião da aquisição de suas subsidiárias, tais como, relacionamento com clientes, marcas, acordo de não concorrência, mais valia de ativos tangíveis e apurações de ágio (*Goodwill*) mensurados por fluxo de caixa por rentabilidade futura. A Companhia realizou o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGC's) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. As respectivas UGC's foram segmentadas para suas atividades em UGC Saúde (que compreende Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou o valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja realização está fundamentada em projeções de resultados baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pela Companhia em relação às UGCs e também baseados em dados históricos, e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas significativas, que incluem taxa de crescimento na perpetuidade, taxa de desconto e premissas macroeconômicas, poderiam causar nas demonstrações financeiras .

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Efetuamos o entendimento com a Administração sobre as políticas para classificação das (Unidades Geradoras de Caixa) que compreendem em UGC Saúde (que se compõe nos segmentos de Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica;
- Efetuamos o entendimento do desenho dos controles chaves relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;
- Com o auxílio e envolvimento dos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que revisaram a avaliação das premissas utilizadas, tais como taxa de crescimento na perpetuidade, taxa de desconto e premissas macroeconômicas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas;
- Avaliação das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis;
- Avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões para contingências

De acordo com a nota explicativa nº 23, A Companhia, está exposta à certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e considera as ações com classificação de perda provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade ocorrida, e para processos classificados pelo corpo jurídico como perda possível são divulgados em notas explicativas. A determinação de probabilidade de perda envolve julgamento crítico, de um corpo jurídico compostos por diversos escritórios terceirizados e departamento jurídico interno, uma vez que dependem de eventos futuros que não estão sobre o controle da Companhia. Neste contexto o andamento desses processos nas diversas esferas pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Companhia e de seus assessores jurídicos.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Efetuamos o processo de auditoria para as confirmações desses processos com advogados externos e internos da Companhia;
- Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados a identificação, constituição de provisão da Companhia ;
- Nossos procedimentos também incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto as constituições de provisões, reversões, suficiência e risco processual das causas patrocinadas pelo jurídico interno da Companhia ;
- Comparamos a probabilidade de perda pela Companhia, por amostragem e relevância dos processos, com a confirmação formal efetuada da com os assessores jurídicos externos da Companhia; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

De acordo com a nota explicativa nº 20, A Companhia possui passivos relacionados à eventos ocorridos e não avisados que requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial mediante cálculos de estimativas contábeis de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015, alteradas pelas Resoluções Normativas 442/2018, 472/2021 e comunicado nº 88/ANS, emitidos pela Agência Nacional de Saúde (“ANS”). Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Com o suporte de nossos especialistas atuários, efetuamos as revisões sobre a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuárias decorrentes da Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) e Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS), com validação da relevância sobre a exatidão matemática do cálculo e análises sobre a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores; e
- Efetuamos testes de procedimentos de auditoria, com base em dados cadastrais e informações contábeis utilizadas nas projeções atuariais, assim como a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável para todos os processos de natureza relevante aplicados aos principais assuntos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente e os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 31 de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

A handwritten signature in blue ink that reads "Newton Klayton dos Anjos".

Newton Klayton dos Anjos
Contador CRC 1SP-221.286/O-1

RSM Acal Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC RJ 004.080/O-9

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2021	2020
Ativo			
Circulante		2.435.985	3.734.933
Disponível	6	191.882	1.551.165
Realizável		2.244.103	2.183.768
Aplicações financeiras	7	818.087	848.268
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		702.403	848.268
Aplicações livres		115.684	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	227.520	322.037
Contraprestações pecuniárias a receber		219.557	210.187
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		5.831	6.844
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.132	1.122
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	103.884
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	215.734	183.649
Despesas de comercialização diferidas	9	251.626	234.578
Créditos tributários e previdenciários	10	69.907	65.536
Bens e títulos a receber	11	657.642	524.367
Despesas antecipadas		3.587	5.333
Não circulante		9.732.191	7.294.193
Realizável a longo prazo		2.709.333	2.424.604
Aplicações financeiras		103.742	-
Aplicações livres	7	103.742	-
Títulos e créditos a receber	12	18.202	17.679
Despesas de comercialização diferidas	9	210.812	229.558
Ativo fiscal diferido	13	571.614	488.495
Depósitos judiciais e fiscais	14	764.724	635.841
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo	15	1.040.239	1.053.031
Investimentos	16	3.018.270	943.879
Participações societárias pelo método de equivalência Patrimonial		3.018.270	943.868
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		973.956	504.553
Participações societárias em rede assistencial		916.636	439.315
Participações em outras sociedades		1.127.667	-
Outros Investimentos		11	11
Imobilizado	17	1.795.835	1.681.421
Imóveis de uso próprio		1.064.211	982.644
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		1.044.366	962.469
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		19.845	20.175
Imobilizado de uso próprio		327.389	304.739
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		274.595	277.514
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		52.794	27.225
Imobilizações em curso		298.680	338.294
Outras imobilizações		105.555	55.744
Intangível	18	2.208.753	2.244.289
Total do ativo		12.168.176	11.029.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2021	2020
Passivo			
Circulante		2.536.602	2.028.922
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	1.185.481	1.028.769
Provisão de contraprestações		164.658	122.787
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		163.518	121.589
Provisão para remissão		1.140	1.198
Provisão de eventos a liquidar para SUS		162.180	162.134
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		420.266	413.378
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		438.377	330.470
Débitos de operações de assistência à saúde		32.228	20.365
Contraprestações / prêmios a restituir		766	303
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		15.936	12.253
Comercialização sobre operações		15.446	7.799
Operadoras de planos de assistência à saúde		80	10
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		4.550	11.425
Provisões		1.619	53.061
Provisões para imposto de renda e contribuição social		1.619	53.061
Tributos e encargos sociais a recolher	20	588.051	473.274
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	303.701	24.797
Débitos diversos	21	420.971	417.231
Não circulante		3.567.724	3.389.636
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	616.158	500.760
Provisão para remissão		984	1.216
Provisão de eventos a liquidar para SUS		615.174	499.544
Provisões		940.059	1.025.181
Provisões para tributos diferidos	13	358.459	227.142
Provisões para ações judiciais	23	581.600	798.039
Tributos e encargos sociais a recolher	20	36.947	46.979
Parcelamento de tributos e contribuições		36.947	46.979
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	1.018.520	1.115.522
Débitos diversos	21	956.040	701.194
Patrimônio líquido	24	6.063.851	5.610.568
Capital social		3.857.225	3.357.225
Reservas:		2.206.626	2.253.343
Reservas de capital		46.928	46.928
Reserva legal		160.754	158.115
Reservas de lucros		1.998.944	2.048.300
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.168.176	11.029.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em reais)

		31 de dezembro de	
	Notas	2021	2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		9.662.275	8.835.851
Receitas com operações de assistência à saúde		9.893.947	9.099.955
Contraprestações líquidas	25	9.893.658	9.101.243
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		289	(1.288)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(231.672)	(264.104)
Eventos indenizáveis líquidos	26	(8.122.617)	(6.235.152)
Eventos conhecidos ou avisados		(8.014.709)	(6.201.253)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(107.908)	(33.899)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.539.658	2.600.699
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.928	2.277
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	27	551.152	392.997
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		526.767	368.909
Outras receitas operacionais		24.385	24.088
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(33.886)	(24.294)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(67.489)	(95.883)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	28	(85.252)	(86.606)
Provisão para perdas sobre créditos		17.763	(9.277)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	29	(268.164)	(278.618)
Resultado bruto		1.727.199	2.597.178
Despesas de comercialização	30	(631.539)	(524.498)
Despesas administrativas	31	(853.284)	(789.934)
Resultado financeiro líquido	32	(120.982)	(38.822)
Receitas financeiras		130.959	97.980
Despesas financeiras		(251.941)	(136.802)
Resultado patrimonial		(20.414)	7.121
Receita patrimonial		102.857	116.384
Despesa patrimonial		(123.271)	(109.263)
Resultado antes dos impostos e participações		100.980	1.251.045
Imposto de renda	13	-	(251.993)
Contribuição social	13	-	(89.154)
Impostos diferidos	13	(48.197)	(91.955)
Resultado líquido do exercício		52.783	817.943
Quantidade de ações		1.963.635.111	1.063.635.111
Lucro líquido por ação do período – R\$		0,019	0,417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Resultado líquido do exercício	52.783	817.943
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	52.783	817.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.457.225	46.928	117.218	1.318.724	-	3.940.095
Aumento de capital		900.000	-	-	-	-	900.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	817.943	817.943
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva Legal		-	-	40.897	-	(40.897)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	729.576	(729.576)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(1.770)	(1.770)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(45.700)	(45.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.357.225	46.928	158.115	2.048.300	-	5.610.568
Aumento de capital	24.a	500.000	-	-	-	-	500.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	52.783	52.783
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	2.639	-	(2.639)	-
Juros sobre capital próprio	24.c	-	-	-	(77.000)	(22.500)	(99.500)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	27.644	(27.644)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.857.225	46.928	160.754	1.998.944	-	6.063.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de plano de saúde	9.920.978	8.914.521
Resgate de aplicações financeiras	9.307.650	7.056.786
Recebimento de juros de aplicações financeiras	51.273	38.341
Outros recebimentos operacionais	1.114.609	799.686
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(6.630.183)	(4.961.382)
Pagamento de comissões	(524.366)	(538.032)
Pagamento de pessoal	(966.455)	(884.961)
Pagamento de pró-labore	(21.901)	(24.503)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.093.259)	(949.780)
Pagamento de tributos	(1.072.291)	(1.122.884)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(172.902)	(283.876)
Pagamento de aluguel	(62.299)	(57.449)
Pagamento de promoção/publicidade	(31.291)	(16.831)
Aplicações financeiras	(9.337.156)	(6.585.392)
Outros pagamentos operacionais	(329.775)	(198.420)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	152.632	1.185.824
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de venda de ativo imobilizado – outros	-	123
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	(126.423)	(150.442)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(86.269)	(62.490)
Pagamento relativos ao ativo intangível	-	(929)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(1.669.560)	(461.965)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(153.000)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.035.252)	(675.703)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital em dinheiro	500.000	900.000
Recebimento de empréstimos/financiamentos	184.447	298.200
Pagamento de juros – empréstimos/financiamentos/leasing	(54.493)	(54.321)
Pagamento de amortização – empréstimos/financiamentos/leasing	(22.042)	(206.781)
Pagamento de Participação de Resultados	-	-
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(84.575)	(40.615)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	523.337	896.483
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.359.283)	1.406.604
CAIXA – Saldo inicial	1.551.165	144.561
CAIXA – Saldo final	191.882	1.551.165
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.359.283)	1.406.604
Ativos livres no início do exercício	1.551.165	144.561
Ativos livres no final do exercício	191.882	1.551.165
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	(1.359.283)	1.406.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	52.783	817.943
Depreciação e amortização	170.358	138.333
Receitas com aplicações financeiras	(51.273)	(38.659)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	7.219	394
Despesa com variação cambial	(949)	(76)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(18.305)	12.888
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	84.960	81.412
Provisão de glosa sobre serviços médicos	(9.990)	2.177
Amortização despesas de comercialização diferidas	350.266	294.362
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	48.198	433.102
Atualização monetária depósito judicial	(23.021)	(18.705)
Atualização monetária contingência	(72.043)	43.042
Equivalência patrimonial	20.532	(39.884)
Ajuste valor presente	-	22
Variação provisões técnicas	107.617	41.299
Provisões para ações judiciais	64.333	(52.758)
Juros sobre debêntures e custos de captação	48.636	35.799
Juros sobre empréstimos e financiamentos	26.302	8.915
Baixa de intangível	4	5.405
Baixa de imobilizado	6.576	4.945
Outros	(870)	16.811
Pagamento de impostos de renda e contribuição social	(48.674)	(327.639)
Redução dos ativos	(737.137)	(180.024)
(Aumento)/Redução dos passivos	127.110	(93.280)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	152.632	1.185.824

Conciliação entre lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.** (“Companhia” ou “Operadora”), empresa controlada pela BCBF Participações S.A. (BCBF), com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo, tem como objeto social: (a) a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de setembro de 1998; (b) a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar, e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios; e (c) participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora direta e indireta de entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios e atividades afins, conexas e correlatas.

1.1. Pandemia coronavírus – COVID-19

Diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados na Companhia:

Custos médicos de saúde e odontologia:

Diferentemente da primeira onda de COVID-19 vivenciada em meados de 2020, no Brasil, a segunda onda da pandemia ganhou contornos mais dramáticos com o recrudescimento do número total de casos, acompanhado de uma frequência bastante superior de casos graves e severos, acometendo não apenas os idosos, mas, desta vez, penetrando também na população mais jovem e trabalhadora, especialmente nos estados do Sul e Sudeste. Essa prevalência de casos graves na população ativa nos principais mercados em que a Companhia atua gerou o maior nível de atendimentos hospitalares da história de nossa empresa.

Nos primeiros meses do ano tivemos um volume recorde de internações de pacientes com COVID-19 bem superior ao observado na primeira onda. A situação foi ainda mais desafiadora para nossas operações, uma vez que os pacientes acometidos com COVID-19 que necessitaram de internação encontraram o setor hospitalar já operando próximo da normalidade no que diz respeito às demais cirurgias eletivas, gerando uma sobrecarga no sistema de saúde como um todo, uma vez que foram poucos os estados e municípios que decretaram durante 2021 a suspensão mandatória das cirurgias eletivas. Nesse cenário, tivemos que contar com a abertura de centenas de leitos adicionais em nossa

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

rede própria, mas também tivemos que buscar apoio em nossa rede credenciada, que atuou como importante parceira nesse momento de crise sanitária.

Durante o terceiro trimestre de 2021, com a intensificação do programa de vacinação em massa, vivenciamos dia a dia uma queda progressiva e consistente no volume de atendimento a pacientes acometidos com COVID-19. Esta redução permitiu que diversos esforços extraordinários que estavam sendo empreendidos começassem a ser revertidos, incluindo a diminuição no uso da rede contratada em paralelo com o fechamento de leitos na rede própria, a devolução de equipamentos alugados, menor necessidade de mão-de-obra temporária e ajustes à cadeia de suprimentos com o retorno de compras a patamares mais regulares. Estes ajustes foram sendo empreendidos ao longo do terceiro trimestre, à medida que os casos de COVID-19 se retraíam, porém o efeito destes ajustes ainda não pode ser capturado no próprio terceiro trimestre em função do ciclo operacional, especialmente nas contas da rede contratada.

O quarto trimestre de 2021 se iniciou com uma continuidade das tendências de melhoria observadas ao longo do terceiro trimestre. Porém, nos meses de novembro e dezembro observamos um movimento totalmente atípico, alterando profundamente a curva de sazonalidade histórica, vivenciando um afluxo sem precedentes nos prontos socorros e consultórios, de pacientes acometidos de Influenza, além do aparecimento da nova variante Ômicron. Felizmente pelas características desta variante e pela intensificação dos programas de vacinação em massa, a grande maioria dos atendimentos não necessitavam de internação hospitalar para continuidade do tratamento, porém acabaram voltando a pressionar os custos médicos (exames clínicos, de imagem, consultas eletivas e consultas de pronto socorro).

Quanto aos atendimentos dentais, utilizando-se como premissa nossos indicadores operacionais históricos ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Durante o ano de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia. Essa queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. Este cenário pôde ser progressivamente revertido ao longo do ano de 2021, com a sensível redução no volume de pacientes acometidos com COVID-19, o que permitiu uma sólida recuperação nos volumes de atendimento a outros convênios que totalizaram em 2021 um faturamento bruto de R\$ 1,05 bilhão, nos levando a acreditar que os impactos da COVID-19 sobre esta linha já foram dissipados.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo intangível:

No quarto trimestre de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo intangível. A avaliação considerou as projeções para os próximos 5 anos. O laudo emitido com data base de 30 de setembro de 2021, não apresentou indicadores de *impairment*. Não obstante o resultado reportado no quarto trimestre de 2021, a Administração da Companhia reconhece que esse desempenho está associado ao momento de pandemia vivido, uma vez que todas as principais contas de resultado se comportaram dentro do esperado, com exceção da sinistralidade médica associada ao COVID-19, que já vem dando sinais de arrefecimento, não alterando, portanto, os planos de médio e longo prazo da Companhia.

Risco de perda nos estoques:

Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque estão voltando à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda.

Risco de continuidade operacional:

Nossa receita operacional líquida continua em crescimento, sustentada por um progressivo aumento de nossa base de clientes, com um ticket médio sustentável.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados, pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas, (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID-19 que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a serem implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica e, por consequência, o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas Informações Financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país e, consequentemente, o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades, que já estão refletidas na nota explicativa 7.

Com relação à gestão da liquidez, a Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que, em 31 de dezembro de 2021, nossa posição consolidada de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R\$ 1.667.835, conforme nota explicativa 5, enquanto nossos

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento dos contratos de até cinco anos, conforme nota explicativa 22.

A Companhia possui debêntures que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se encontrava adimplente com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021, a Companhia iniciou um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A despeito dos impactos havidos no quarto trimestre de 2021, a extensão em que a COVID-19 afetará os negócios futuros, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações do governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia monitora continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

2. Estrutura societária

A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2021 com a seguinte estrutura societária:

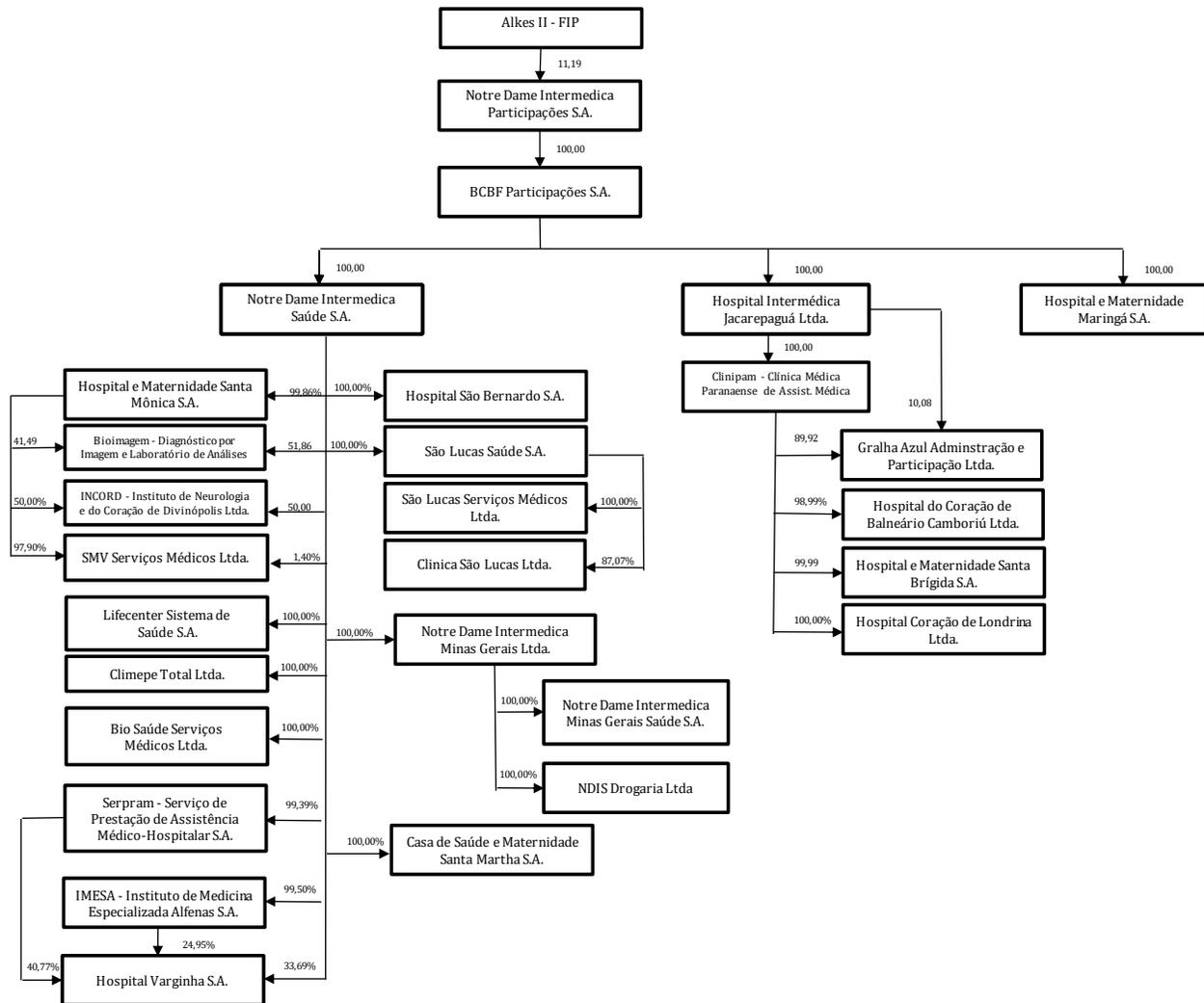
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Organograma societário em 31 de dezembro de 2021



3. Aquisição de investimentos

A Companhia por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão, celebrou a aquisição das seguintes empresas no 31 de dezembro de 2021:

3.1. Aquisição Lifecenter Sistema de Saúde S.A.

Em 20 de janeiro de 2021, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Lifecenter Sistema de Saúde S.A. (Lifecenter). O valor da aquisição foi de R\$ 175.698, (R\$ 166.154 líquido de ajuste a valor presente – Nota 16.a), sendo uma parcela à vista de R\$ 115.698, uma parcela contingente de R\$ 40.000, a ser paga em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2026 e uma parcela retida no valor de R\$ 20.000, a ser paga até 20 de janeiro de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

+

Em 23 de dezembro de 2020, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.006411/2020-85.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 20 de janeiro de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

3.2. Aquisição Climepe Total Ltda.

Em 8 de março de 2021, Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas da Climepe Total Ltda. (Climepe). O valor da aquisição foi de R\$ 193.045 pagos na sua integralidade nesta data (Nota 16.a).

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Climepe Total Ltda., conforme protocolo Ofício nº 91/2020/ASSNT-DIOPE/DIRADDIOPE/DIOPE.

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004121/2020-05, aprovou sem restrições a aquisição da Climepe Total Ltda.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 8 de março de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

3.3. Aquisição Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

Em 31 de março de 2021, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda. O valor da aquisição foi de R\$ 78.846 (R\$ 77.676 líquido de ajuste a valor presente – Nota 16.a), sendo uma parcela à vista de R\$ 71.046 e uma parcela retida no valor de R\$ 7.800, a ser paga até 31 de março de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., conforme protocolo Ofício nº 92/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 29 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005771/2020-60, aprovou sem restrições a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

3.4. Aquisição Grupo Medisanitas Brasil. (Grupo Notre Dame Intermédica Minas Gerais)

Em 13 de abril de 2021, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças do Grupo Medisanitas Brasil. O valor da aquisição foi de R\$ 1.091.057, sendo uma parcela à vista de R\$ 991.057 e uma parcela retida no valor de R\$ 100.000 e será pago parte no terceiro aniversário e o restante no sexto aniversário (Nota 16.a).

Conforme contrato de compra e venda junto ao Grupo Medisanitas Brasil (QPA - QUOTA PURCHASE AGREEMENT) de 25 de agosto de 2020, existe uma cláusula de reembolso aos vendedores em caso

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

de depósitos judiciais retornarem à companhia. Esta cláusula prevê o reembolso pelo recebimento de depósitos judiciais vinculados a um processo de ISS conforme Mandado de Segurança n.º 5060726-81.2016.8.13.0024, impetrado pela operadora com a finalidade de ver reconhecido seu direito em não apurar e recolher o ISS devido a Belo Horizonte - MG sobre os repasses realizados a título de custo médico para prestadores localizados fora do referido Município.

Sendo assim, em 11 de junho de 2021, a Notre Dame Intermedica Minas Gerais Saúde S.A. (anteriormente Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A.) obteve êxito nesse processo e os depósitos judiciais foram vertidos para essa Companhia, e que gerou o pagamento aos vendedores de R\$19.620 pela Notre Dame Intermedica Saúde S.A.

Em 4 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício n° 137/2020/ASSNTDIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.

3.5. Aquisição Grupo Serpram

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças do Grupo Serpram. O valor da aquisição foi de R\$ 210.138, (R\$ 207.925 líquido de ajuste a valor presente) sendo uma parcela à vista de R\$ 195.138 e uma parcela retida no valor de R\$ 15.000, que será paga em 1 de agosto de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual. O valor da aquisição é distribuído da seguinte forma entre as empresas do grupo:

Serpram – Serviços de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	138.623
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	38.654
Hospital Varginha S.A.	30.648
	<u>207.925</u>

Em 11 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Serpram, conforme protocolo Ofício n° 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 7 de julho de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.006195/2020-78, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Serpram.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 4 de agosto de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

3.6. Aquisição da Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.

Em 1º de outubro de 2021, Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha (Santa Martha). O valor da aquisição foi de R\$ 166.034, (R\$ 161.134 líquido de ajuste a valor presente – Nota 16.a) sendo uma parcela à vista de R\$ 134.034 e uma parcela retida no valor de R\$ 32.000, que será paga em 1º de

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

outubro de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Em 6 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004335/2021-54.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 1º de outubro de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

4. Políticas contábeis

4.1. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras individuais

4.1.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia ao elaborar estas informações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Informações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3), a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Companhia, por atender todos os requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador direto (BCBF Participações S.A.), entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas em 29 de março de 2022, de acordo com as normas brasileiras de relatório financeiro (CPC).

As Demonstrações Financeiras individuais apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2022.

4.1.2. Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas – mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4.1.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- caixa ou equivalentes de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são contabilizados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

4.1.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

4.1.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 19 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros;
- Nota explicativa nº 23 – Provisão para ações judiciais. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneiras contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- Nota explicativa nº 9 - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;
- Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 17 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período;
- Nota explicativa nº 18 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº 19 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e
- Nota explicativa nº 23 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

4.1.6. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo com um todo:

- Nível I – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível II – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível III – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, sendo composto pelos diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

4.1.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias:

- mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e
- mensurados ao custo amortizado.

Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

(i) Ativos financeiros – mensuração inicial

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes, a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

(ii) Ativos financeiros – custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(iii) Ativos financeiros – valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(iv) Ativos financeiros – mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do período.

(v) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para o estágio 2 ou 3 poderá voltar ao estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia é predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso seja identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Para o reconhecimento de vendas de outros serviços hospitalares, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

(vi) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos.

(vii) Passivos financeiros – mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- passivos financeiros por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período; e
- custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(viii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; (ii) ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou (iii) na qual nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ix) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.1.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia.

4.1.9. Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 322/2013 alterada pela RN 472/2021.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

4.1.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

4.1.11. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 472/2021. Em 2020, por meio do último estudo técnico realizado, a Companhia manteve o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

4.1.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro líquido – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovados no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriados.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo e passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos com parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução do ágio (contando que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecimento no resultado.

A Companhia contabiliza ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendem fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e o passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.1.13. Investimentos

A participação societária que a Companhia possui em suas Controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado patrimonial” na demonstração do resultado.

As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

4.1.14. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.1.15. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados contabilmente, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	<u>Vida útil (anos)</u>
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.1.16. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores da adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data da aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

4.1.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.1.18. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) *Provisões técnicas de operações de assistência à saúde*

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- (a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG)*: conforme Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2021. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão contemplar parcela da PPCNG, no qual o cálculo da provisão apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.
- (b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)*: corresponde aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. A Operadora deve registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde – SUS” em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” no passivo circulante e não circulante.
- (c) *Provisão para eventos a liquidar*: é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (Resolução Normativa nº 290/2012, alterada pelas Resoluções Normativas nº 322/2013 e nº 472/2021).
- (d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)*: provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada, calculada com base em metodologia atuarial (Resolução Normativa nº 209/2009, alterada pelas Resoluções Normativas nº 227/2010, nº 243/2010, nº 246/2011, nº 313/2012, nº 393/2015 e nº 442/2018).
- (e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)*: refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS).
- (f) *Provisão de insuficiência de contraprestação (PIC)*: refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme Resolução Normativa nº 442/2018.
- (g) *Provisão para remissão*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

Conforme Resolução Normativa nº 227/2010 alterada pelas Resoluções Normativas nº 329/2013 e nº 392/2015, nº 419/16, nº 427/17 e nº 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

4.1.19. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras do resultado.

4.1.20. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.1.21. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

a) Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.
- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

4.1.22. Teste de adequação de passivos (TAP)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

4.1.23. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela ANS, são como segue:

(i) CPC 48 – Instrumentos financeiros

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. O CPC 48 – Instrumentos Financeiros não foi aprovado pela ANS, portanto, a Companhia continuará a aplicar o CPC – 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

(ii) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Aprovado pela ANS para o exercício de 2022, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

(iii) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 se aplica a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio), principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

(iv) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- o que significa um direito de postergar a liquidação;
- que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

(v) *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(vi) *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

(vii) *Resolução Normativa RN 472, de 29 de setembro de 2021.*

A Resolução Normativa nº 472 começará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022 e dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios, a resolução normativa além de revogar diversas resoluções, aprovou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e CPC 47 – Receitas de Contrato de Cliente, alterando a forma de reconhecer as emissões de Prêmios e Contraprestações das operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios dos produtos pós-pagamento, os valores de recuperação de sinistros eram registrados na Demonstração do Resultado do Exercício na rubrica Prêmios e Contraprestações emitidas, e passarão a ser registradas em rubrica de Sinistros. A administração avaliou os impactos da adoção inicial da norma e não identificou impactos relevantes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

5. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia procura priorizar seus ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de		Rating Nacional- Longo Prazo
	2021	2020	
Votorantim S.A.	191.821	261.826	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A.	6.367	18.965	AAA(bra)
Banco Santander (Brasil) S.A.	121.930	79.499	brAAA
Caixa Econômica Federal	19.578	2.499	AA(bra)
Banco Safra S.A.	2.891	-	-
Itaú Unibanco S.A.	614.000	394.968	AAA(bra)
Banco do Brasil	83.683	46.732	AA(bra)
XP Investimentos	-	43.779	AA
Banco Sul America S.A.	15.928	-	AA-(bra)
Banco Citibank S.A.	421	-	AAA(bra)
XP Investimentos	16.143	-	AA(bra)
	1.072.762	848.268	

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Disponível e Aplicações financeiras	31 de dezembro de			
		2021		2020	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras	150.933	14,07%	1.506.827	63,98%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	136.988	12,77%	153.939	6,54%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras -LF	190.273	17,74%	-	-
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	19.430	0,83%
De 31 a 120 dias	Letras Tesouro Nacional - LTN	48.144	4,49%	-	-
De 121 a 240 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	-	-	29.610	1,26%
De 121 a 240 dias	Letras Tesouro Nacional – LTN	180.459	16,82%	-	-
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	13.789	1,28%	125.700	5,34%
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	103.742	9,67%	30.002	1,27%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras – LF	-	-	181.340	7,70%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	84.492	7,88%	80.862	3,43%
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional – LTN	-	-	227.385	9,66%
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional - NTN-B	163.942	15,28%	-	-
		1.072.762	100,00%	2.355.095	100,00%

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e nº 448/20 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 702.403 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 848.268 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco cambial

(i) Empréstimos e financiamentos

A Operadora possui em seu passivo operações de empréstimos realizadas em moeda estrangeiras por meio da Lei 4.131/62, tal operação possui risco cambial e para se proteger de uma variação destas moedas frente ao Real foram contratados instrumentos derivativos - NDF- *Non-Deliverable Forward* (compra de *Financial Bond*), na mesma data da operação de captação.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição ativa da NDF é de R\$ 3.375 (R\$ 4.133 em 31 de dezembro de 2020) conforme nota explicativa 15, gerando uma despesa de R\$ 7.726 em 31 de dezembro de 2021 (despesa de R\$ 1.869 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 32.

d) Risco de seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

e) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 7.

A Companhia possui captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas a variação da taxa CDI + *spread* e TJLP. A composição de empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada na nota explicativa 22.

(i) Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2021													
Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Redução de juros				Aumento de juros				
					Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)													
CDBs	CDI	Baixa CDI	9,52%	15.335	1.460	7,14%	1.095	4,76%	730	11,90%	1.825	14,28%	2.190
Fundo de renda fixa	CDI	Baixa CDI	9,52%	42.447	4.041	7,14%	3.031	4,76%	2.020	11,90%	5.051	14,28%	6.061
Operações													
compromissadas	CDI	Baixa CDI	9,52%	93.109	8.864	7,14%	6.648	4,76%	4.432	11,90%	11.080	14,28%	13.296
Outros	Selic	Baixa Selic	10,25%	42	4	7,69%	3	5,13%	2	12,81%	5	15,38%	5
				150.933	14.369					17.961			21.552
Aplicações financeiras (Nota 6)													
CDBs	CDI	Baixa CDI	9,52%	117.531	11.189	7,14%	8.392	4,76%	5.594	11,90%	13.986	14,28%	16.783
LFTs	Selic	Baixa Selic	10,25%	84.492	8.660	7,69%	6.497	5,13%	4.334	12,81%	10.823	15,38%	12.995
NTNBs	IPCA	Baixa IPCA	4,90%	163.942	8.033	3,68%	6.033	2,45%	4.017	6,13%	10.050	7,35%	12.050
Fundo de renda fixa	CDI	Baixa CDI	9,52%	136.988	13.041	7,14%	9.781	4,76%	6.521	11,90%	16.302	14,28%	19.562
LFs	CDI	Baixa CDI	9,52%	190.273	18.114	7,14%	13.585	4,76%	9.057	11,90%	22.642	14,28%	27.171
				693.226	59.037					44.288			29.523
										73.803			88.561
Empréstimos e financiamentos (Nota 22)													
Capital de Giro	CDI + 2,3% a.a.	Alta CDI	12,04%	(299.074)	(36.009)	9,60%	(28.711)	7,17%	(21.444)	14,47%	(43.276)	16,91%	(50.573)
Capital de Giro	CDI + 1,86% a.a.	Alta CDI	11,56%	(180.707)	(20.890)	9,13%	(16.498)	6,71%	(12.125)	13,98%	(25.263)	16,41%	(29.654)
Capital de Giro	CDI	Alta CDI	9,52%	(17.586)	(1.674)	7,14%	(1.256)	4,76%	(837)	11,90%	(2.093)	14,28%	(2.511)
Leasing	CDI	Alta CDI	9,52%	(47)	(4)	7,14%	(3)	4,76%	(2)	11,90%	(6)	14,28%	(7)
Outros	CDI	Alta CDI	7,89%	(3)	-	5,92%	-	3,95%	-	9,86%	-	11,84%	-
				(497.417)	(58.577)					(46.468)			(34.408)
										(70.638)			(82.745)
Debêntures (Nota 22)													
Debêntures - Notre	CDI + 1,6% a.a.	Alta CDI	11,27%	(824.804)	(92.955)	8,85%	(72.995)	6,44%	(53.117)	13,69%	(112.916)	16,11%	(132.876)
				(824.804)	(92.955)					(72.995)			(53.117)
										(112.916)			(132.876)
Obrigações contratuais (Nota 21)													
Obrigações contratuais	CDI	Alta CDI	9,52%	(648.606)	(61.747)	7,14%	(46.310)	4,76%	(30.874)	11,90%	(77.184)	14,28%	(92.621)
Obrigações contratuais	105% do CDI	Alta CDI	10,00%	(10.058)	(1.005)	7,50%	(754)	5,00%	(503)	12,50%	(1.257)	14,99%	(1.508)
Obrigações contratuais	90% do CDI	Alta CDI	8,57%	(39.078)	(3.348)	6,43%	(2.511)	4,28%	(1.674)	10,71%	(4.185)	12,85%	(5.022)
Obrigações contratuais	95% do CDI	Alta CDI	9,04%	(34.581)	(3.128)	6,78%	(2.346)	4,52%	(1.564)	11,31%	(3.909)	13,57%	(4.691)
Obrigações contratuais	Selic	Alta Selic	10,25%	(50.386)	(5.165)	7,69%	(3.873)	5,13%	(2.582)	12,81%	(6.456)	15,38%	(7.747)
Obrigações contratuais	IPCA	Alta IPCA	4,90%	(27.992)	(1.372)	3,68%	(1.029)	2,45%	(686)	6,13%	(1.715)	7,35%	(2.057)
				(810.701)	(75.765)					(56.823)			(37.883)
										(94.706)			(113.646)
				(1.288.763)	(153.891)					(121.221)			(88.701)
										(186.496)			(219.154)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

6. Disponível

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Caixa e bancos	40.949	44.338
Aplicações de liquidez imediata	150.933	1.506.827
	191.882	1.551.165

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia tem o direito de resgate imediato.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Nível	Vencimentos		31 de dezembro de			
				2021	2020		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	-	84.492	84.492	84.492	100.292	100.292
Letras Tesouro Nacional - LTN (i)	1	228.603	-	228.603	228.603	227.385	227.385
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (i)	1	-	163.942	163.942	163.942	-	-
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	2	13.789	103.742	117.531	117.531	196.826	196.826
Fundo de renda fixa abertos (iii)	2	136.988	-	136.988	136.988	142.425	142.425
Letras Financeiras - LF (iv)	2	190.273	-	190.273	190.273	181.340	181.340
		569.653	352.176	921.829	921.829	848.268	848.268
				Circulante	818.087	848.268	
				Não circulante	103.742	-	

- (i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (Nível 1).
- (ii) A Companhia adota como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs (Nível 2).

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(iii) Os fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú, Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e XP Investimentos (Nível 2).

(iv) As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos (Nível 2).

As aplicações têm remuneração diária vinculadas às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até setembro de 2025.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

a) Movimentação das aplicações financeiras

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	848.268	1.192.138
Saldo adquirido	-	89.183
Aplicações	8.112.296	6.585.392
Resgates	(8.082.790)	(7.056.786)
Receita (Despesa) com variação cambial	1	76
Resultado financeiro	51.273	38.659
Ajuste a valor de mercado	(7.219)	(394)
Saldo no final do exercício	921.829	848.268

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Companhia.

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	253.804	365.241
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(26.284)	(43.204)
	227.520	322.037

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	229.320	198.609
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(13.586)	(14.960)
	215.734	183.649

Em decorrência da pandemia COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado n° 85, a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde.

Esta suspensão abrangeu os planos contratados por pessoas físicas, para os quais a ANS divulga anualmente o percentual máximo de reajustes que será praticado pelas operadoras de saúde a esta modalidade.

Os planos contratados pelas médias e pequenas empresas (PME) e por adesão através de entidades de classes e outros, também tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo foi aprovado pelos Órgãos reguladores o reconhecimento desta receita. As Operadoras da Companhia efetuaram o reconhecimento no trimestre da receita, liquida de provisão para perda histórica.

Os valores com vencimento a partir de 90 dias e que não estejam provisionados para perda são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

A abertura do saldo do contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	137.094	(214)	136.880
Acima de 30 dias	12.659	(2)	12.657
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	45.536	(906)	44.630
De 30 a 90 dias	37.901	(4.548)	33.353
Acima de 90 dias	20.614	(20.614)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	253.804	(26.284)	227.520
	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo Líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	202.209	(4.107)	198.102
Acima de 30 dias	23.124	(4)	23.120
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	35.933	(1.743)	34.190
De 30 a 90 dias	71.836	(5.211)	66.625
Acima de 90 dias	32.139	(32.139)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	365.241	(43.204)	322.037

(i) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde na Operadora

	31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade e s/ créditos	Saldo Líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	32.677	(629)	32.048
Acima de 30 dias	38.282	(54)	38.228
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	61.573	(22)	61.551
De 30 a 90 dias	85.332	(1.425)	83.907
Acima de 90 dias	11.456	(11.456)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	229.320	(13.586)	215.734

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo Líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	52.713	(42)	52.671
Acima de 30 dias	28.903	(35)	28.868
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	18.163	(229)	17.934
De 30 a 90 dias	85.998	(1.822)	84.176
Acima de 90 dias	12.832	(12.832)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	198.609	(14.960)	183.649

A movimentação do contas a receber é como segue:

(i) Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	322.037	217.361
Saldo adquirido	-	8.643
Contraprestações líquidas	9.893.658	9.101.243
Recebimentos	(9.920.978)	(8.914.521)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	17.763	(9.277)
(-) Perda efetiva com créditos	(84.960)	(81.412)
Saldo no final do exercício	227.520	322.037

(ii) Movimentação dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	183.649	198.044
Saldo adquirido	-	37.542
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde da Operadora	522.704	373.363
Coparticipação	133.589	120.888
Recebimentos	(634.729)	(540.400)
Provisão de glosa esperada	9.990	(2.177)
Reversão/(Constituição) de perda de recuperabilidade s/ Créditos	(531)	(3.611)
Saldo no final do exercício	215.734	183.649

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Não relacionado c/ plano de saúde</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(43.204)	(14.971)	(58.175)
Reclassificação	(843)	843	-
Constituições	(392.046)	(172.584)	(564.630)
Reversões	409.809	173.126	582.935
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(26.284)	(13.586)	(39.870)

9. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	464.136	364.833
Saldo adquirido	-	556
Constituições	348.568	393.109
(-) Amortização	(350.266)	(294.362)
Saldo no final do exercício	462.438	464.136
Circulante	251.626	234.578
Não circulante	210.812	229.558

10. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda (i)	27.184	37.756
Contribuição social sobre o lucro (i)	11.606	10.157
Imposto de renda retido na fonte	18.885	11.491
Crédito de previdência social	120	123
Créditos de PIS e COFINS	9.224	5.769
Crédito de ISS	2.888	240
Créditos tributários e previdenciários	69.907	65.536

- (i) A Companhia adota como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, e efetua o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizará o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

11. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Depósito judicial ISS – SP (a)	498.412	376.929
Estoques (b)	98.923	84.450
Adiantamento a funcionários	8.238	10.977
Adiantamento de comissões	-	839
Adiantamento a fornecedores	25.320	38.079
Outros títulos a receber	26.749	13.093
	657.642	524.367

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa 20. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Estoques

	31 de dezembro	
	2021	2020
Material cirúrgico	36.098	41.027
Medicamentos	56.417	32.107
Material de escritório	1.195	1.981
Material gráfico	749	904
Material de limpeza	720	1.037
Material para SND	1.144	1.097
Material de radiologia	639	902
Material de cozinha	89	99
Uniformes	2.407	1.403
Material de rouparia	1	4
Material de laboratório	5.087	5.624
(-) Provisão para perdas	(5.623)	(1.735)
	98.923	84.450

12. Títulos e créditos a receber

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contas a receber de planos de saúde (a)	10.742	7.821
Bloqueio judicial	7.870	6.944
Outros títulos	2.914	2.914
	(3.324)	-
	18.202	17.679

(a) Refere-se a valores a receber de beneficiários dos nossos planos de saúde que estão discutindo judicialmente cláusulas contratuais e efetuaram depósitos judiciais.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

13. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

	31 de dezembro de 2020	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2021
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Provisões para ações judiciais	149.253	(36.051)	113.202
Perda de recuperabilidade sobre créditos	42.642	(8.295)	34.347
Provisão de eventos do SUS	111.888	32.546	144.434
Crédito fiscal de ágio apurado na incorporação (*)	136.398	(30.883)	105.515
Provisão infrações ANS	3.510	2.809	6.319
Outras adições	44.804	(4.121)	40.683
Prejuízo fiscal/base negativa	-	127.114	127.114
Imposto diferido ativo	488.495	83.119	571.614
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Correção monetária de depósitos judiciais	(33.936)	(7.912)	(41.848)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	-	(2.168)
Depreciações e amortizações	(21.408)	(2.607)	(24.015)
Passivo fiscal diferido sobre amortização de ágio para fins fiscais	(157.032)	-	-
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na incorporação	-	(121.055)	(278.087)
Outros	(12.598)	257	(12.341)
Imposto diferido passivo	(227.142)	(131.317)	(358.459)
Total do imposto diferido líquido	261.353	(48.198)	213.155

(*) Crédito fiscal referente a incorporação das empresas Bain Capital Brazil Participações Ltda. em 30 de novembro de 2014, o qual deverá ser consumido no prazo de 10 anos, com base na estimativa de lucros futuros apurados em laudo de avaliação realizado por empresa independente.

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>	<u>Total</u>
-	77.492	77.492	77.492	59.478	46.610	46.610	46.610	46.610	46.610	46.610	571.614

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo amortizado do ágio pela Companhia, para fins fiscais, foi de R\$ 2.021.037, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$ 687.754 desde a constituição, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

A Companhia, com base nas circunstâncias atuais, entende não haver riscos de não realização do imposto de renda diferido ativo.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Resultado antes dos impostos	100.981	1.251.045
Á alíquota fiscal de 34%	(34.334)	(425.355)
Equivalência patrimonial	(6.980)	8.364
Remuneração variável dos administradores	(8.125)	(7.015)
Despesas indedutíveis	(547)	(8.343)
Depreciação e Amortização	1.947	-
Juros sobre o capital próprio	33.830	15.538
Outras exclusões (adições) permanentes	(33.989)	(16.291)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado	(48.198)	433.102
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	-	(341.147)
Crédito/(Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	(48.198)	(91.955)
Alíquota efetiva	48%	35%

14. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir a origem para a Companhia efetuar os depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2020	Adição/ (baixas) depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2021
Fiscais	84.059	42	11.170	95.271
Trabalhista	27.211	7.381	(7.109)	27.483
Regulatórios / Cíveis	63.093	5.786	870	69.749
Depósitos judiciais – SUS	442.254	92.653	18.090	552.997
Outros depósitos	19.224	-	-	19.224
	635.841	105.862	23.021	764.724

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Adições/ baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2020
Fiscais	81.366	698	(1.990)	3.985	84.059
Trabalhista	25.551	-	(31)	1.691	27.211
Regulatórios / Cíveis	50.366	5.141	5.539	2.047	63.093
Depósitos judiciais – SUS	234.915	1.366	194.991	10.982	442.254
Outros depósitos	19.224	-	-	-	19.224
	411.422	7.205	198.509	18.705	635.841

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa 23, a Companhia possui discussões processuais e aguarda decisão judicial e administrativa. A Companhia conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguarda a conclusão da lide;

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Companhia para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 23, com natureza reclamatória “trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis – corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 23 está relacionado a estes depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – A Companhia questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A Companhia não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

15. Outros créditos a receber de longo prazo

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Depósitos caução	843	842
Partes relacionadas (a)	413.945	391.769
Obrigações contratuais (b)	532.674	576.661
Outros créditos	6.640	5.580
Escrow Green Line ¹	82.762	74.045
Instrumentos derivativos - <i>Non-Deliberable Forward</i>	3.375	4.134
	1.040.239	1.053.031

¹Refere-se a aplicação feita pela Companhia. A movimentação dessa aplicação está vinculada à aprovação do vendedor e tem por finalidade fazer frente a reembolsos e possíveis contingências.

- a) Transações com partes relacionadas com sua Controladora indireta Notre Dame Intermédica Participações S.A. conforme nota explicativa 33.
- b) Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

Grupo/Empresa	31 de dezembro de	
	2021	2020
Belo Dente	1.083	490
Family	-	13.904
Hospital São Bernardo	21.284	24.318
Hospital Nova Vida	-	8.913
Samci	-	12.231
Unimed ABC	-	1.715
Crusam	26.132	57.801
Grupo Samed	7.777	64.667
Grupo Green Line	249.089	321.214
Grupo São José	20.397	20.182
Grupo Ghelfond	19.990	12.365
Ecoimagem	392	-
Ecole	4.977	3.516
Mediplan	26.922	17.372
São Lucas	18.840	15.610
Santa Mônica	10.960	2.363
Bio Saúde	7.199	-
Lifecenter	7.105	-
Medisanitas	95.842	-
Serpram	13.882	-
Santa Martha	803	-
	532.674	576.661

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

16. Investimentos

a) A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Alteração na participação societária	Aquisição de controladas	Aumento de capital	Outros	Equivalência patrimonial do período			Saldo em 31 de dezembro de 2021
						Equivalência patrimonial do período	Efeito líquido da combinação de negócios Amortização de mais valia	Total	
Operadora de Planos de Assistência à Saúde									
São Lucas Saúde S.A.	393.529	-	-	-	-	29.622	(13.015)	16.607	410.136
Climepe Total Ltda.	-	-	193.045	-	-	(8)	(2.824)	(2.832)	107.198
SMV Serviços Médicos Ltda.	111.024	-	-	-	(994)	6.068	(5.358)	710	193.755
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	-	-	77.676	41.000	-	9.594	(4.248)	5.346	124.022
SERPRAM - Serviços de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	-	56	138.623	-	24	2.364	(2.222)	142	138.845
	504.553	56	409.344	41.000	(970)	47.640	(27.667)	19.973	973.956
Rede Assistencial									
Hospital São Bernardo S.A.	352.334	-	-	15.007	-	(1.366)	(1.210)	(2.576)	364.765
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	-	-	166.154	65.00	-	(11.180)	(3.177)	(14.357)	79.176
INCORD – Inst. Neurologia e do Coração de Divinópolis Ltda.	4.379	-	-	-	(365)	261	(49)	212	4.226
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	59.970	77	-	33.500	(14)	329	(301)	28	22.390
Bioimagem – Diagnóstico. por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	22.632	-	-	-	(270)	(21.913)	1.053	(20.860)	210.294
Hospital Varginha S.A.	-	(100)	30.648	2.000	(43)	(559)	37	(522)	31.983
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	-	38	38.654	3.000	16	(1.162)	-	(1.162)	40.546
Case de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	-	-	161.134	-	-	2.122	-	2.122	163.256
	439.315	15	396.590	118.507	(676)	(33.468)	(3.647)	(37.115)	916.636
Outras sociedades									
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Investimentos Ltda.	-	-	1.091.057	40.000	-	7.247	(10.637)	(3.390)	1.127.667
	-	-	1.091.057	40.000	-	7.247	(10.637)	(3.390)	1.127.667
Outros Investimentos	11	-	-	-	-	-	-	-	11
	11	-	-	-	-	-	-	-	11
Total	943.879	71	1.896.991	199.507	(1.646)	21.419	(41.951)	(20.532)	3.018.270

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas estão a seguir:

Controladas	Partic. Societária	Ativo	Passivo	31 de dezembro de 2021	
				Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Operadoras de Planos de Saúde					
São Lucas Saúde S.A.	100,00%	162.960	59.885	103.075	29.622
SMV Serviços Médicos Ltda.	1,40%	24.592	14.750	9.842	(596)
Climepe Total Ltda.	100,00%	28.538	11.157	17.381	6.068
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	100,00%	66.526	42.232	24.294	9.594
Serpram - Serviços de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	99,39%	55.350	34.389	20.961	2.379
Rede Assistencial					
Hospital São Bernardo S.A.	100,00%	218.147	31.561	186.586	(1.366)
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	99,86%	93.589	29.617	63.972	(11.196)
INCORP - Inst. Neurologia do Coração de Divinópolis Ltda.	50,00%	2.213	513	1.700	521
Bioimagem - Diagnóstico por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	51,86%	15.590	16.087	(497)	635
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	100,00%	93.161	98.611	(5.450)	(21.913)
Hospital Varginha S.A.	40,77%	7.812	1.224	6.588	(1.370)
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	99,50%	8.120	1.822	6.298	(1.168)
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	100,00%	18.688	14.364	4.324	2.122
Outras sociedades					
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	100,00%	91.295	28.442	62.847	7.247

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

17. Imobilizado

	31 de dezembro de 2020	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	31 de dezembro de 2021
Terrenos e imóveis	982.644	-	-	112.139	(30.100)	1.064.683
Veículos	429	-	(1)	(27)	(141)	260
Instalações	6.061	-	(29)	13.743	(1.811)	17.964
Máquinas e equipamentos	231.760	26.541	(122)	21.232	(50.432)	228.979
Móveis e utensílios	47.118	4.561	(153)	4.946	(5.505)	50.967
Equipamentos de computação	22.286	82	(4)	41.070	(12.522)	50.912
Imobilizações em curso	152.795	102.497	(2.911)	(145.515)	-	106.866
Benfeitorias em imóveis de terceiros	238.328	119.690	(3.356)	(60.163)	(19.295)	275.204
	1.681.421	253.371	(6.576)	(12.575)	(119.806)	1.795.835

	31 de dezembro de 2019	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	913.762	42.195	858	-	44.950	(19.121)	982.644
Veículos	219	425	-	-	-	(215)	429
Instalações	4.853	268	15	(137)	1.865	(803)	6.061
Máquinas e equipamentos	171.532	56.151	39.780	(364)	1.033	(36.372)	231.760
Móveis e utensílios	39.902	2.946	7.491	(247)	1.845	(4.819)	47.118
Equipamentos de computação	25.322	938	491	-	5.265	(9.730)	22.286
Imobilizações em curso	118.723	2.499	80.211	(896)	(47.742)	-	152.795
Benfeitorias em imóveis de terceiros	159.703	8.691	111.585	(3.301)	(24.833)	(13.517)	238.328
	1.434.016	114.113	240.431	(4.945)	(17.617)	(84.577)	1.681.421

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2021 não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 26 e 31, respectivamente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Durante o período, a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo de R\$ 253.371, dos quais R\$ 212.692 foram aquisições com pagamentos no próprio período e R\$ 40.679 estão provisionados na rubrica de Débitos Diversos

18. Intangível

a) Movimentação do intangível

	31 de dezembro de 2020	Baixas	Reclassificação	Amortização	Outros	31 de dezembro de 2021
Aquisição carteira plano saúde (i)	285.369	-	-	(39.348)	(8)	246.013
Sistema de computadores	29.053	(4)	12.575	(11.204)	-	30.420
Ágio adquirido de aquisição de investimento (ii)	1.917.105	-	-	-	2.453	1.919.558
Ativos intangíveis	8.888	-	-	-	-	8.888
Outros ativos intangíveis (iii)	3.874	-	-	-	-	3.874
	2.244.289	(4)	12.575	(50.552)	2.445	2.208.753

	31 de dezembro de 2019	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	Aquisições	31 de dezembro de 2020
Aquisição carteira plano saúde (i)	204.713	113.365	-	138	(32.847)	-	285.369
Sistema de computadores	19.981	228	-	16.924	(8.646)	566	29.053
Ágio adquirido de aquisição de Investimento (ii)	1.390.268	521.209	(5.405)	23.241	(12.208)	-	1.917.105
Ativos intangíveis	8.888	22.686	-	(22.686)	-	-	8.888
Outros ativos intangíveis (iii)	3.929	-	-	-	(55)	-	3.874
	1.627.779	657.488	(5.405)	17.617	(53.756)	566	2.244.289

O montante de amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 26 e 31, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) Refere-se a aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Grupo/Empresa	Data	Composição da carteira	
		31 de dezembro de	
		2021	2020
Grupo Santamália	16.11.2015	249	3.237
Unimed ABC	23.09.2016	11.373	13.442
Grupo Cruzeiro do Sul	31.01.2018	11.980	13.692
Grupo SAMED	01.10.2018	18.235	21.951
Grupo Green Line	01.01.2019	113.337	126.981
Grupo Mediplan	29.05.2019	43.356	49.268
Belo Dente	03.07.2019	32.118	37.856
Grupo São José	18.11.2019	4.334	5.394
Ecole	13.04.2020	10.678	13.173
Outros	21.05.2014	353	375
		246.013	285.369

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 5 anos
Saúde	2 a 13 anos

(ii) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (“impairment”).

Grupo/Empresa	UGC	Data	Composição do ágio	
			31 de dezembro de	
			2021	2020
Grupo Santamália	Saúde	16.11.2015	125.405	125.405
Hospital Family	Saúde	23.12.2015	77.149	77.149
Unimed ABC	Saúde	23.09.2016	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	Saúde	01.03.2017	22.232	22.232
Grupo Nova Vida	Saúde	03.07.2017	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	Saúde	31.01.2018	56.190	56.190
Grupo SAMED	Saúde	01.10.2018	76.749	76.749
Grupo Green Line	Saúde	01.01.2019	802.484	802.484
Grupo Mediplan	Saúde	29.05.2019	223.217	223.217
Belo Dente	Odontológica	04.07.2019	21.379	21.379
Grupo Ghelfond	Saúde	28.11.2019	161.698	161.698
Grupo São José	Saúde	18.11.2019	90.652	90.652
Ecole	Saúde	13.04.2020	37.897	35.436
LabClin	Saúde	13.04.2020	4.464	4.472
			1.919.558	1.917.105

(iii) Refere-se à alocação dos outros ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Vida útil</u>
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurado no período é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 26 e 31, respectivamente.

b) Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia realizou o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido pelas aquisições de empresas. As UCGs estão distribuídas nas atividades de Saúde e Odontológica. Demonstramos a seguir o valor contábil do ágio alocado:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Plano de Saúde	1.898.179	1.895.726
Odontológica	21.379	21.379
	<u>1.919.558</u>	<u>5.474.595</u>

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2021 e 2020 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (*value in use*) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratada pela Companhia, é superior ao valor contábil, indicando que não existem indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de Saúde, distribuído em Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas, foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 10,90% a.a. de receita líquida e de 19,00% a.a. de lucro líquido (10,50% a.a. e 13,70% a.a em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,63% em 31 de dezembro de 2021 (18,38% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essas unidades geradoras de caixa.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Como a data-base do teste de *impairment* foi 30 de setembro de 2021, as empresas adquiridas após essa data foram avaliadas pelo seu *Purchase Price Allocation* e não foram identificadas evidências de *impairment*.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,90% a.a. de receita líquida e de 9,40% a.a. de lucro líquido (8,20% a.a. e 4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,85% em 31 de dezembro de 2021 (19,54% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

a) Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 29,7% e 70,0%, respectivamente. A margem para ambas as atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

b) Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas do mercado norte-americano.

c) Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, o Índice de variação do custo médico hospitalar – IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M ¹	3,88%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
CDI ¹	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
IVCMH ²	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

¹Taxas estimadas pela Administração da Companhia.

²Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (IVCMH), estimada pela área técnica da Companhia.

d) *Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de dez anos*

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

19. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS (a)	777.354	661.678
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	420.266	413.378
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (c)	438.377	330.470
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG) (c)	163.518	121.589
Provisão para remissão (c)	2.124	2.414
	1.801.639	1.529.529
Circulante	1.185.481	1.028.769
Não circulante	616.158	500.760

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de setembro de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 14.

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	661.678	505.381
Saldo Incorporado	-	13.479
Avisos recebidos SUS	80.543	65.057
Cobrança efetiva de eventos – SUS	29.537	66.420
Atualização monetária	26.848	26.756
Pagamentos efetuados	(21.252)	(15.415)
4Saldo no final do exercício	777.342	661.678

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	413.378	396.119
Saldo incorporado	-	20.757
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	8.193.546	6.139.604
Gastos com rede própria classificada em eventos	(2.770.111)	(2.146.150)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(5.416.547)	(3.996.952)
Saldo no final do exercício	420.266	413.378

c) Variações das provisões técnicas

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	330.470	121.589	2.414
Varição das provisões no período	107.907	41.929	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	438.377	163.518	2.124

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
- (iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

20. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Imposto sobre Serviços (ISS)	512.912	389.495
Contribuição previdenciária	(9.196)	5.775
FGTS	2.347	3.717
PIS e COFINS	18.082	13.838
Contribuições sindicais e assistenciais	122	454
Parcelamento de tributos e contribuições	10.812	11.488
Outros	1.986	1.744
Impostos devidos a recolher	537.065	426.511
Imposto de Renda – funcionários	15.191	13.676
Imposto de Renda – terceiros	5.667	6.184
Imposto sobre Serviços	5.438	4.684
Contribuição previdenciária retida	9.338	6.021
Retenção PIS/COFINS/CSLL	15.352	16.198
Impostos retidos a recolher	50.986	46.763
Parcelamento impostos, multas e taxas – federal	29.863	38.430
Parcelamento impostos, multas e taxas – estadual	9	9
Parcelamento impostos, multas e taxas – municipais	7.075	8.540
Parcelamento impostos, multas e taxas	36.947	46.979
Total	624.998	520.253
Circulante	588.051	473.274
Não circulante	36.947	46.979

21. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Obrigações trabalhistas	159.609	188.028
Fornecedores	122.263	126.052
Depósitos de terceiros	24.858	27.525
Recebimento antecipado cliente	-	1.554
Débitos diversos	35.629	45.932
Obrigações contratuais (a)	810.701	620.627
Adiantamento parceria banco	6.099	6.250
Taxa de Saúde Suplementar	24.850	29.268
Provisões para plano de benefícios com empregados	2.931	2.990
Contas a pagar - partes relacionadas	175.912	42.291
Outros	14.159	27.908
	1.377.011	1.118.425
Circulante	420.971	417.231
Não circulante	956.040	701.194

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquida de juros (AVP) como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	31 de dezembro de	
			2021	2020
Hospital Family	CDI	01.05.2021	16.824	15.941
SAMCI	CDI	27.12.2021	12.820	11.939
Grupo Nova Vida	CDI	08.07.2022	24.756	23.055
Unimed ABC	CDI	22.09.2022	13.765	22.037
Hospital São Bernardo	CDI	23.02.2023	29.950	28.717
Grupo Cruzeiro do Sul	95% do CDI	22.02.2024	24.059	22.385
Grupo Ghelfond	105% do CDI	28.11.2024	10.058	9.439
Grupo Green Line	CDI	01.01.2025	228.534	214.279
Ecoimagem	CDI	01.01.2025	7.474	10.184
Grupo Samed	CDI	25.01.2025	19.318	39.400
Grupo Mediplan	90% do CDI	25.05.2025	39.078	36.575
Belo Dente	95% do CDI	03.07.2025	10.522	12.299
Grupo São José	CDI	18.11.2025	24.316	22.800
Grupo São Lucas	Selic	26.01.2026	50.386	47.390
Ecole	CDI	20.04.2026	10.555	9.893
Grupo Santa Mônica	CDI	24.08.2026	82.717	94.294
Lifecenter	CDI	31.12.2026	53.669	-
Bio Saúde	CDI	31.03.2027	7.016	-
Grupo Medisanitas	CDI	22.04.2026	103.742	-
Grupo Serpram	CDI	01.08.2027	13.150	-
Santa Martha	IPCA	01.10.2027	27.992	-
			810.701	620.627

22. Empréstimos e financiamentos a pagar

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	497.417	331.933
Debêntures	824.804	808.386
	1.322.221	1.140.319
Circulante	303.701	24.797
Não circulante	1.018.520	1.115.522

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

a) Empréstimos e financiamentos a pagar

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	31 de dezembro de	
					2021	2020
BNDES	Bradesco	TJLP	2021	Mensal	-	1.029
Capital de Giro	Bradesco	CDI	2021	Mensal	-	3.059
Leasing	Bradesco	CDI	2022	Mensal	1	521
Leasing	Banco do Brasil	CDI	2022 - 2023	Mensal	-	574
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 2.3% a.a	2022 - 2025	Anual	299.074	298.468
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 1.86% a.a	2022 - 2026	Anual	180.706	-
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	42	84
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	3	17
Capital de Giro	Itaú	CDI	2022 - 2023	Mensal	3.691	5.059
Capital de Giro	Itaú	CDI	2022 - 2023	Mensal	5.002	5.771
Capital de Giro	Itaú	CDI	2021	Mensal	-	10
Capital de Giro	Itaú	CDI	2021	Mensal	-	2
Capital de Giro	Itaú	CDI	2022 - 2024	Mensal	8.893	10.438
Capital de Giro	Santander	CDI	2021	Mensal	-	3.987
Leasing	Santander	CDI	2022 - 2023	Mensal	1	451
Capital de Giro	Santander	Prefixado	2021	Mensal	-	2.245
BNDES	Itaú	TJLP	2022	Mensal	1	8
Leasing	Santander	CDI	2021	Mensal	-	208
Outros		CDI		Mensal	3	2
					497.417	331.933
			Circulante		10.826	14.107
			Não circulante		486.591	317.826

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2021:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	331.933	202.597
Saldo Incorporado	-	39.482
Captação	185.347	300.000
Custo com captação	(900)	(1.800)
Apropriação do custo	423	120
Variação cambial	(948)	-
Pagamento principal	(22.042)	(206.901)
Juros pagos	(22.275)	(10.502)
Ajuste a valor presente	-	22
Juros	25.878	8.915
Saldo no final do exercício	497.416	331.933

b) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no balanço patrimonial é como segue:

Modalidade	Quantidade emitida	Emissão	Vencimento	Encargos médio	Captação	31 de dezembro de	
						2021	2020
3ª emissão	800.000	01.08.2019	01.08.2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	824.804	808.386
				Circulante		292.875	10.690
				Não circulante		531.929	797.696

Terceira emissão pública

A Companhia captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000, por meio de emissão de 800.000 (oitocentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1º de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	808.386
Juros creditados	47.751
Pagamento principal	885
Juros pagos	(32.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	824.804

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
12 meses	292.875	10.690
De 25 a 36 meses	132.448	265.284
De 37 a 48 meses	399.481	265.745
De 49 a 60 meses	-	266.667
	824.804	808.386

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo classificadas como nível 2.

Cláusulas Restritivas (Covenants)

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento da dívida se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

A 3ª emissão pública emitida pela Companhia possui índice e montante mínimo e máximo, conforme requerido pela cláusula restritiva no contrato que são:

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual.

A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

Garantias

A Companhia possui recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o Fiador Original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Resgate antecipado

A emissão da Companhia poderá ser resgatada antecipadamente, a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

23. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

Para as contingências consideradas provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

	31 de dezembro de 2020	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31 de dezembro de 2021
Fiscais	345.062	(125.306)	-	22.280	242.036
Trabalhistas	212.942	(68.763)	(14.509)	11.126	140.796
Regulatórios/Cíveis	240.035	(33.833)	(46.071)	38.637	198.768
	798.039	(227.902)	(60.580)	72.043	581.600

	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31 de dezembro de 2020
Fiscais	383.051	6.785	(42.173)	-	(2.601)	345.062
Trabalhistas	205.692	7.984	6.396	(21.810)	14.680	212.942
Regulatórios/Cíveis	231.795	31.907	(16.981)	(37.649)	30.963	240.035
	820.538	46.676	(52.758)	(59.459)	43.042	798.039

Provisões para ações judiciais de natureza:

(i) Fiscais

- A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- A Companhia discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Companhia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos por meio de depósito judicial, face à indisponibilidade sistêmica da municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo, a municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do “*modus operandi*” para recolhimento sistêmico.
- A Companhia questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A Companhia questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- A Companhia questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A Companhia questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

(ii) Trabalhistas

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discute o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias.

(iii) Regulatórios/Cíveis

- A companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que buscam obter a cobertura contratual de Internações, Tratamento Médico e Liberação de Cirurgias em desacordo com as condições contratuais firmadas ou das regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar. ANS que regulam a matéria. Em geral relacionam-se com: carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com as Diretrizes de Utilização. DUT, procedimentos estéticos, abrangência geográfica, internação fora da rede credenciada etc.
- A companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que discutem os montantes de reajustes aplicados sobre os contratos. Referidas ações visam declaração de

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

nulidade da cláusula de reajuste dos contratos firmados que são regulados pela ANS ou requerem a aplicação de índice diverso daquele contratado.

- A Companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam a manutenção individual do beneficiário desligado do contrato coletivo empresarial. Os autores buscam a permanência mesmo sem atender as condições dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, a permanência por período maior que o previsto em lei ou a transferência para planos individuais com a manutenção da contraprestação cobrada no plano coletivo.
- A Companhia possui ações judiciais movidas que visam a manutenção de contratos de assistência à saúde que foram rescindidos pela Companhia por inadimplência, desacordo comercial, fim de vigência etc. Os autores buscam a anulação de cláusula que autoriza a rescisão para manutenção do vínculo contratual.
- A Companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam o reconhecimento de suposta má prática médica e ou odontológicas por parte dos propostos da Companhia nos procedimentos fornecidos aos beneficiários, imputando-lhe responsabilidade solidária nos pedidos de indenização por danos materiais, morais e/ou estéticos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R\$ 3.085.174 (R\$ 2.501.695 em 31 de dezembro de 2020), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Fiscais	2.357.097	1.916.292
Trabalhistas	236.915	197.107
Regulatórios/Cíveis	491.162	388.296
	3.085.174	2.501.695

As principais causas de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

(i) Fiscais

- A companhia possui ação judicial figurando no polo Ativo, pelo procedimento comum com pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando sejam julgadas procedentes as demandas para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto às exigências, em função planos de opções, das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário.Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae).
- A Companhia possui ação judicial onde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- A Companhia possui processo administrativo que consubstancia a cobrança indevida de glosa de compensação de natureza previdenciária declaradas em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social (GFIP), no período compreendido de maio de 2012 a fevereiro de 2017.
- A Companhia possui processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos ao ano-calendário de 2013.

(ii) Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de 3.857.225 (R\$ 3.357.225 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.463.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal (1.963.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020).

No 31 de dezembro de 2021, a acionista BCBF Participações S.A., em assembleia geral extraordinária, aprovou aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 500.000, totalmente subscrito e integralizado.

Ato societário	Quantidade de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital – R\$ mil
Assembleia Geral Extraordinária – 23 de junho de 2021	300.000.000	1,00	300.000
Assembleia Geral Extraordinária – 22 de setembro de 2021	200.000.000	1,00	200.000
	500.000.000		500.000

O capital social da Companhia passou de R\$ 3.357.225 dividido em 1.963.635.111 ações ordinárias para R\$ 3.857.225 dividido em 2.463.635.111 ações ordinárias.

b) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

- (i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

c) Destinação do lucro

O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”) sendo que esta distribuição está sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRF) a alíquota de 15% sobre o valor deliberado.

A Companhia distribuiu, no exercício de 2021, o montante de R\$ 99.500 a títulos de juros sobre capital próprio, (R\$ 84.575 líquido de imposto de renda retido na fonte), (R\$ 45.700 em JCP e R\$ 1.770 de dividendos em 31 de dezembro de 2020).

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	52.783	817.943
(-) Reserva legal – 5%	(2.639)	(40.897)
Lucro líquido ajustado	50.144	777.046
Destinação do lucro líquido ajustado		
Dividendos mínimo obrigatório – 25%	(12.536)	(1.770)
Pagamento de juros sobre capital próprio		
Juros sobre capital próprio – AGE 29/03/2021 ¹	(22.500)	(45.700)
Juros sobre capital próprio – AGE 30/11/2021 ²	(77.000)	-
Lucro líquido disponível	-	729.576

¹Pagamento imputado ao dividendo mínimo obrigatório. O pagamento foi realizado em 29/03/2021.

²Pagamento com reserva de lucro referente ao ano de 2020. O pagamento foi realizado em 30/11/2021.

d) Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência

Para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a Companhia deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela RN nº 451/2020. O patrimônio líquido ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Companhia determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora.

A Companhia atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Patrimônio líquido	6.047.850	5.610.568
(-) Participações societárias em operadoras de planos de saúde	(1.131.072)	(499.836)
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	(27.114)	-
(-) Despesas de comercialização diferida	(462.438)	(464.135)
(-) Despesas antecipadas	(3.578)	(5.333)
(-) Ativo não circulante intangível	(2.208.762)	(2.242.372)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	2.214.886	2.398.892
Margem de solvência (MS)		
a) 0,20 vezes a soma das contraprestações pecuniárias dos últimos 12 meses	1.983.818	1.864.432
b) 0,33 vezes a média dos eventos indenizáveis (média anual) dos últimos 36 meses	2.246.465	1.913.654
Margem de solvência 75% = (maior valor entre (a) e (b))	1.684.849	1.435.240
Suficiência total (PLA – MS)	530.037	963.652

25. Contraprestações líquidas

a) Contraprestações líquidas

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	9.744.437	8.967.183
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	343.074	310.971
Contraprestações canceladas	(48.897)	(33.230)
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	9.827	8.097
Contraprestações de assistência à saúde –transferidas	(154.783)	(151.778)
	9.893.658	9.101.243

b) Corresponsabilidades

A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 466/2019 de 1 de novembro de 2019, que altera o capítulo V da RN 435/2018 que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2021 e 2020.

	Preço Pós-estabelecido		Preço Pós estabelecido	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
Contraprestação transferida				
Planos coletivos empresariais antes da Lei	154.783	151.777	33.720	-
Total cobertura assistencial preço preestabelecido	154.783	151.777	33.720	-

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Rede própria</u>		<u>Outras operadoras</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestação assumida				
Planos coletivos empresariais antes da Lei	30	2	14	1
Planos coletivos empresariais depois da Lei	3.546	3.055	2.401	2.598
Total cobertura assistencial preço prestabelecido	3.576	3.057	2.414	2.599

26. Eventos indenizáveis líquidos

a) Eventos indenizáveis

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Eventos conhecidos ou avisados	(7.925.177)	(6.148.552)
Avisos recebidos do SUS	(80.543)	(66.695)
Depreciação e amortização	(142.640)	(106.894)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	133.589	120.888
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(107.908)	(33.899)
	(8.122.617)	(6.235.152)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Aberturas dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-participação e Outras Recuperações)

Descrição	Individual/Familiar		Coletivo Empresarial		Coletivo por adesão		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contraprestação líquida	1.085.465	1.021.854	8.264.147	7.398.168	822.209	668.784	10.171.821	9.205.771
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(24.722)	(15.904)	(188.223)	(116.965)	(18.727)	(10.409)	(231.672)	(143.278)
Receita líquida	(1.060.743)	1.005.950	8.075.924	7.398.168	803.482	636.406	9.940.149	9.062.493
Eventos indenizáveis (*)	(823.418)	(762.397)	(6.163.119)	(5.401.508)	(516.874)	(420.567)	(7.503.411)	(6.584.472)
Consultas médicas	(110.356)	(121.693)	(1.156.088)	(880.764)	(79.368)	(59.005)	(1.345.812)	(1.061.462)
Outros atendimentos ambulatoriais	(5.791)	(7.206)	(28.194)	(26.026)	(2.980)	(2.339)	(36.965)	(35.571)
Exames	(179.575)	(211.624)	(1.841.179)	(1.707.619)	(139.607)	(130.956)	(2.160.361)	(2.050.199)
Terapias	(44.146)	(40.212)	(335.86)	(236.325)	(32.418)	(23.163)	(76.564)	(299.700)
Internações	(481.833)	(381.662)	(3.121.797)	(2.550.774)	(258.270)	(205.104)	(3.861.900)	(3.137.540)
Demais despesas médico-hospitalares	(1.717)	-	(15.861)	-	(4.231)	-	(21.809)	-
Lucro Bruto	237.325	243.553	1.912.805	1.996.660	286.608	237.808	2.436.738	2.478.021
Despesas de comercialização	(69.469)	(58.220)	(511.547)	(428.174)	(50.523)	(38.104)	(631.539)	(524.498)
Margem de contribuição	167.856	185.333	1.401.258	1.568.486	236.085	199.704	1.805.199	1.953.523

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

27. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Outras prestações de serviços	9.311	-
Outras receitas	24.385	24.088
Prestação de serviços médico-hospitalar	517.456	368.909
	551.152	392.997

28. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Perdas efetivas	(84.960)	(86.014)
Outras despesas operacionais	(292)	(592)
	(85.252)	(86.606)

29. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde	(268.122)	(278.521)
Despesa com pessoal	(42)	(96)
Materiais diversos	-	(1)
	(268.164)	(278.618)

30. Despesas de comercialização

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Remuneração – pessoal próprio	(7.715)	(8.141)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(350.266)	(294.362)
Comissões e agenciamentos	(273.558)	(221.995)
	(631.539)	(524.498)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

31. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Pessoal	(429.398)	(414.761)
Serviços de terceiros	(188.195)	(205.141)
Localização e funcionamento	(99.661)	(77.654)
Tributos	(4.944)	(8.247)
Publicidade e propaganda	(31.323)	(17.423)
Provisão para contingências	(64.333)	(29.857)
Depreciação e amortização	(27.718)	(31.439)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(3.937)	(4.656)
Outras	(3.775)	(756)
	(853.284)	(789.934)

32. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Receitas com aplicações financeiras ¹	54.623	40.686
Juros recebidos	31.335	29.567
Variação monetária ativa	35.673	19.068
Receitas com variação cambial	1	76
Ajuste a valor mercado	-	394
Instrumentos Derivativos - <i>Non-Deliverable Forward</i>	4.491	970
Descontos obtidos	1.203	2.126
Outras receitas	3.633	5.093
Receitas financeiras	130.959	97.980
Juros financeiros debentures	(47.751)	(34.914)
Custas financeiras debentures	(885)	(885)
Variação monetária passiva	(100.503)	(54.602)
Ajuste variação cambial	-	(2.468)
Multas e juros	(2.376)	-
Tarifas bancárias	(17.725)	(12.373)
Descontos concedidos	(4.596)	(2.941)
Ajuste a valor mercado	(7.219)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.878)	(8.915)
Ajuste a valor presente	(15.267)	(14.586)
Custos sobre empréstimos	(420)	(120)
Instrumentos Derivativos - <i>Non-Deliverable Forward</i>	(11.767)	(2.839)
Outras despesas	(17.554)	(2.159)
Despesas financeiras	(251.941)	(136.802)
Resultado financeiro líquido	(120.982)	(38.822)

¹ Rendimento relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no montante de R\$ 34.192 (R\$ 28.335 em 31 de dezembro de 2020). O montante de R\$ 3.350 (R\$ 2.027 em 31 de dezembro de 2020) se refere a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata e de R\$ 51.273 (R\$ 38.659 em 31 de dezembro de 2020).se refere à aplicação financeira conforme nota explicativa

7

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

33. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	-	-	-	(2.346)	71	889	(26.943)	(15.847)
Hospital São Bernardo S.A.	-	-	-	(6.993)	208	126	(106.775)	(85.424)
Mediplan Assistencial Ltda.	-	-	-	-	220	2.373	-	-
Hospital e Maternidade Samaritano	-	-	-	-	-	604	-	-
Hospital Samaritano Ltda.	-	-	-	-	-	520	-	(14.955)
Hospital do Coração Balneário	-	-	-	-	6	-	-	-
C&M Associados de Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	-	-	459	-	(7.315)
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	-	-	-	-	-	214	-	(3.108)
Ghelfond Participações	-	-	-	-	-	1.693	-	(22.889)
Nanci & Cia Ltda.	-	-	-	-	-	80	-	(14.458)
SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda	-	-	-	-	-	242	-	-
Ultra Diagnostico Ltda.	-	-	-	-	-	7	-	(1.470)
Medix Diagnóstico Ltda.	-	-	-	-	-	53	-	(1.711)
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	-	-	-	-	-	499	-	(4.005)
Ecole Serviços Médicos Ltda	-	-	-	-	-	11.023	-	-
SMV Serviços Médicos Ltda	-	-	-	-	-	-	(8)	-
São Lucas Saúde	1.284	911	-	-	14.100	2.640	(13.663)	(5.958)
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	-	-	(1)	(1)	9	1	(152)	(13)
Clínica São Lucas	-	3	(1.682)	(42)	1.093	76	(16.697)	(891)
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	4.200	225	(25)	-	31.683	765	(19.266)	(3.310)
Laboratório de Análises Clínicas – Labclin Ltda	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Lifecenter	-	-	-	-	22	-	(1.276)	-
Climepe	-	-	-	-	276	-	(451)	-
Bio Saúde	71	-	-	-	733	-	(234)	-
Hosp. Do Coração de Londrina	-	-	-	-	-	-	(395)	-
Medisanitas	-	-	-	-	6.610	-	(3.671)	-
Serpram - Serv.Prest.Assist.	-	-	-	-	290	-	(1.695)	-
Imesa Inst.Medicina	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Hospital Santa Martha	-	-	-	-	-	-	(1.846)	-
Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde (i)	5.555	1.139	(1.708)	(9.382)	55.321	22.264	(193.081)	(181.361)
Instrumento Particular de Repasse de Indenização (ii)	413.945	391.769	-	-	-	-	-	-
Reembolso de aquisição (iii)	2.491	2.491	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas (iv)	-	-	175.912	42.291	-	-	-	-
Compromissos com Partes Relacionadas	416.436	394.260	175.912	42.291	-	-	-	-

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Companhia tem com partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica é como segue:

- (i) A Companhia mantém transações com partes relacionadas a título de serviços médico-hospitalares dos seus beneficiários em termos equivalentes aos que prevalecem com partes independentes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- (ii) A Notre Dame Intermédica Participações S.A. (Controladora) firmou contrato de Instrumento particular de repasse de indenização com a Operadora, comprometendo-se em indenizar a Operadora pelos desembolsos ocorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Controladora. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica “Outros Créditos a Receber.”
- (iii) A Companhia tem a ressarcir da BCBF Participações S.A. o montante de R\$ 2.491, a título de reembolso da despesa de comissionamento da aquisição do Grupo Samed.
- (iv) A Companhia tem de indenizar suas empresas controladas referente a reembolso de despesas e ações judiciais ocorridos que são de responsabilidade da gestão anterior (antigos controladores das empresas adquiridas).

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos basicamente relativos a contrato de locação de imóveis comerciais, hospitais e clínicas médicas, com os respectivos vencimentos a seguir:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Até um ano	229.220	197.377
De um a cinco anos	724.216	677.687
Acima de cinco anos	331.762	143.352
	1.285.198	1.018.416

35. Cobertura de seguros

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e <i>lock-out</i>), queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoraonamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	650.386
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	20.660
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R\$ 187.317

36. Eventos subsequentes

(i) *Conclusão da operação de compra do Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda.*

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia, celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição do HSCOR Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda, passando a deter 100% das quotas do hospital.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 10 de fevereiro de 2022, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição. O valor da aquisição final foi de R\$ 24.830.

Parcela à vista	11.213
Parcela retida	16.000
Total da contraprestação	27.213
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(2.383)
Total da contraprestação líquida	24.830

A consumação desta transação não está sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
